A moeda social como instrumento de inovação social: o caso do Banco Palmas

BARBARA BRAGA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

SANDRA MARIA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

A MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO BANCO PALMAS

1 INTRODUÇÃO

Embora os avanços tecnológicos demonstrem o surgimento cada vez mais dinâmico de inovações, ainda são evidentes os problemas sociais resultantes de crises, ineficiência de governos e falhas de mercados (MULGAN *et al.*, 2007; CLOUTIER, 2003).

Existe, então, um espaço para se preencher entre as reais necessidades da população e o que ela de fato recebe do governo, da iniciativa privada ou de organizações não governamentais, provocado pela necessidade de se obter novos conhecimentos tecnológicos (MULGAN *et al.*, 2007). Assim, surgem discussões voltadas para o novo: novos modelos que permitam realizar uma mudança social (OXFAM BRASIL, 2017).

A inovação social trata da busca por uma nova resposta, como uma visão alternativa para o desenvolvimento das comunidades, a fim de suprir uma necessidade social, criando novas interações entre os atores, em busca do bem-estar (CLOUTIER, 2003; MOULAERT *et al.*, 2007).

Uma vez que a inovação social pode ser voltada para a cooperação dos indivíduos na busca pela inserção no contexto do mundo globalizado, por meio de soluções inovadoras, ela produz melhora na qualidade de vida da comunidade que, em última instância, representa o resultado que se quer do desenvolvimento (DOWBOR, 2010).

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho propõe-se a investigar sobre a inovação social no que se refere aos elementos observados no estudo dos pesquisadores do *Center de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), Tardif e Harrisson (2005), que identificaram dimensões da inovação social que mais se apresentavam comuns em uma triagem de casos pesquisados. Dessa forma, as dimensões para análise da inovação social são: “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”. O alcance do estudo realizado e a série de detalhes que compõem a análise desenvolvida por Tardif e Harrisson (2005) justificam a escolha do modelo para o presente estudo.

Nesse sentido, importantes instrumentos de inovação social são identificados em prol do desenvolvimento de comunidades, como é o caso das moedas sociais, que apresentam uma profundidade de questões envolvendo o seu uso como objeto de transformação social (KOHLENER; OLIVEIRA, 2013).

Quanto à metodologia, o presente trabalho é de natureza qualitativa e descritiva. Utilizou-se como estratégia o estudo de caso único e coleta de dados através de pesquisa documental, técnica de observação direta e entrevistas. A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), estruturada de acordo com as dimensões da inovação social do modelo de Tardif e Harrisson (2005), relacionadas aos objetivos específicos propostos. O artigo está estruturado em introdução, problema e objetivo de pesquisa, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados, conclusão e referências.

2 PROBLEMA E OBJETIVO DE PESQUISA

Diante do exposto, o trabalho tem como questão de pesquisa: como as dimensões da inovação social, à luz o modelo de Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais? Dessa forma, o estudo possui como objetivo geral: investigar como as dimensões da inovação social, à luz o modelo de Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais. Acompanhando o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) Analisar os elementos da dimensão “Transformações”; b) Analisar os elementos da dimensão “Caráter Inovador”; c) Analisar os elementos da dimensão “Inovação”; d) Analisar os elementos da dimensão “Atores”; e) Analisar os elementos da dimensão “Processos”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentadas discussões acerca da temática da moeda social como parte da contribuição para a formação dos alicerces teóricos que norteiam a presente investigação. Ademais, são apresentados aspectos da inovação social e as dimensões de análise da inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005).

3.1 A moeda social

O fenômeno socioeconômico da moeda social surge em contextos difíceis, ou seja, ligados aos efeitos de crises, que criam regras e padrões de interesses globais em detrimento das circunstâncias vividas pelas diferentes comunidades locais e, assim, acabam criando e/ou evidenciando que a performance do sistema financeiro e monetário apresenta falhas no acesso à moeda e ao crédito para as camadas pobres, ou seja, comunidades mais afastadas do centro da economia globalizada (KUMAR, 2004).

Segundo Kohler e Oliveira (2013), a moeda social provoca a expansão da base monetária local e também pode acelerar a velocidade de circulação da moeda e, assim, a demanda por bens e serviços locais tende a aumentar devido ao estabelecimento de uma moeda social e a baixa incerteza que tal moeda pode apresentar.

A moeda social tem o papel de “resolver ou atenuar o problema de ‘desencaixe’ entre recursos disponíveis e necessidades não atendidas” (FREIRE, 2011). Ela se caracteriza pela integração entre os atores através de laços sociais e interesses em comum, a fim de gerar riqueza e renda em nível local, fortalecer a preservação da cultura e do meio ambiente desses espaços e dinamizar a economia local, respeitando a supremacia democrática da comunidade (FREIRE, 2011).

Nessa perspectiva, Singer (2013) afirma que o fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento surge como importante instrumento de promoção do desenvolvimento das comunidades, já que a partir de sua implementação na comunidade, auxilia na superação de problemas de exclusão financeira. Assim, a dinâmica dos bancos comunitários com a moeda social funciona através da “combinação da oferta de crédito para a promoção de atividades econômicas em áreas empobrecidas” (SINGER, 2013, p. 37).

A moeda social tem capacidade de agregar valor à produção local de uma gama de atividades, o que a constitui como uma inovação na forma de acesso ao crédito, pois os indivíduos desprezados no sistema financeiro nacional convencional passam a ter a possibilidade de realizar ações voltadas para o consumo e investimento, incluindo trabalhadores e empreendedores no círculo de produção, ao passo que estabelece estratégia notável para o desenvolvimento da comunidade (INSTITUTO BANCO PALMAS; NESOL-USP, 2013).

Nesse sentido, as áreas caracterizadas pela vulnerabilidade social, quando expostas a uma solução nova para seus problemas, passam a ser reconhecidas pela forma inovadora de resposta às dificuldades, com a introdução das moedas sociais e dos bancos comunitários de desenvolvimento através de sua forma de gestão socialmente inovadora (INSTITUTO BANCO PALMAS; NESOL-USP, 2013).

3.2 Inovação social

A inovação social surge como uma resposta nova e duradoura às necessidades sociais não satisfeitas e, assim, pode ser vista como uma alternativa ao desenvolvimento de comunidades locais, ao focar-se no empoderamento através de novas relações entre os atores e a participação comunitária, visando solucionar problemas de privação, que inibem o desenvolvimento humano (CLOUTIER, 2003; MOULAERT *et. al.*, 2007).

Bignetti (2011) afirma, então, que a partir da análise dos conceitos atribuídos à inovação social, ainda não existe um consenso acerca de sua definição e seu objeto de estudo, resultando num aglomerado de conceitos. O que se observa hoje é um grande sentimento de responsabilidade a fim de obter aprofundamento no estudo sobre a inovação social no que se refere, principalmente, sobre suas características e dimensões (BIGNETTI, 2011).

Entre os trabalhos publicados pelo CRISES, tem destaque o estudo dos pesquisadores Tardif e Harrisson (2005), que propuseram um modelo de análise para sistematizar as dimensões da inovação social, estabelecendo cinco categorias de análise: “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”, as quais são utilizadas como base para a análise seguida neste trabalho.

No modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005), os autores buscaram apresentar as características da inovação social na forma a qual eles chamaram de “Enciclopédia Conceitual de Inovação Social do CRISES”. Com o propósito de identificar as dimensões da inovação social, o modelo de Tardif e Harrisson (2005) foi desenvolvido através da análise de 49 artigos publicados por pesquisadores do CRISES.

Dessa forma, as dimensões para análise e caracterização da inovação social, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), são as “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e “Processos”, definindo, assim, cinco categorias de análise e suas respectivas subcategorias, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 – As dimensões de análise da inovação social de Tardif e Harrisson (2005)

Transformações	Caráter Inovador	Inovação	Atores	Processos
<p>Contexto macro/micro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - crise - ruptura - descontinuidade - modificações estruturais <p>Econômicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - emergência - reconversão - ajustamento - relações de trabalho/produção/consumo <p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - recomposição - reconstrução - exclusão/marginalização - prática - mudança - relações sociais/ de gênero 	<p>Modelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de trabalho - de desenvolvimento - de Quebec - de governança <p>Economia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do saber/conhecimento - mista - social <p>Ação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulação social 	<p>Escala:</p> <ul style="list-style-type: none"> - local <p>Tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - técnica - sociotécnica - social - organizacional - institucional <p>Finalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação 	<p>Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - movimentos cooperativos/ comunitários/ associativos - sociedade civil - sindicatos <p>Organizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - empresas - organizações da economia social - organizações coletivas - destinatários <p>Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado - identidade - valores/normas <p>Intermediários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - comitês - redes sociais/ de alianças/ de inovação 	<p>Modo de coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem <p>Meios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - parcerias - concertação - integração - negociação - empoderamento - difusão <p>Restrições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - complexidade - incerteza - resistência - tensões - compromissos - rigidez institucional

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005).

Segundo Tardif e Harrisson (2005), no que diz respeito à dimensão “Transformações”, a inovação social é desenvolvida dentro de um contexto, seja econômico seja social ou cultural. Assim, são analisados os contextos macro e micro, levando em conta as transformações econômicas e sociais, onde o ambiente mais propício para o surgimento de uma inovação social,

geralmente, é aquele marcado pelas crises, onde a ruptura ou a descontinuidade do processo social que está vigorando levam a modificações estruturais (TARDIF; HARRISSON, 2005).

A segunda dimensão de análise do modelo Tardif e Harrisson (2005), chamada “Caráter Inovador”, refere-se ao fato das transformações ocasionadas pelas crises e suas consequentes soluções serem descritas como uma novidade, ou seja, são inéditas para as condições em que surgem. O caráter inovador da iniciativa ocorre através da implantação e disseminação da ação social, com novos arranjos institucionais e novas regulações sociais entre os atores, gerando novos tipos de economia, seja ela economia do saber ou do conhecimento, economia mista ou economia social, e com diferentes modelos, sendo eles: de trabalho, de desenvolvimento, de governança e de Quebec (TARDIF; HARRISSON, 2005; MAURER, 2011).

Para Tardif e Harrisson (2005), a dimensão “Inovação” considera qual a finalidade da inovação, na tentativa de nivelar e harmonizar tanto os interesses individuais quanto coletivos, buscando alcançar o bem comum, e é caracterizada pelos tipos de experimentos em inovação social. Assim sendo, as inovações podem ser técnicas, sociotécnicas, organizacionais, institucionais e sociais, desenvolvidas especificamente pelos atores da sociedade civil, de forma que gerem melhorias no bem-estar dos atores envolvidos (TARDIF; HARRISSON, 2005). Quanto à escala de abrangência, a inovação social deve ser sempre analisada como um processo local, não importando qual seja o tipo da inovação, visto que busca solucionar as questões sociais em um contexto local (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Com relação à dimensão “Atores”, a participação e comprometimento dos atores envolvidos na inovação são estudados em diferentes níveis e esferas, sendo atores de caráter social, como movimentos comunitários, cooperativas, associações e sindicatos, ou seja, atores da sociedade civil; organizacional, como empresas privadas, organizações coletivas e organizações da Economia Social; institucional, como o próprio Estado, além da identidade e normas/valores dos atores; e intermediário, que abrangem os comitês, redes sociais de alianças e de inovações formados a partir das relações entre diversos atores (MAURER, 2011).

A dimensão “Processos” tem como objetivo entender as etapas para formação, implantação e disseminação da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). A respeito dos modos de coordenação, trata-se da mobilização e contribuição dos atores por meio da aprendizagem coletiva, em que a participação tanto dos atores quanto dos próprios usuários possibilite a implantação da novidade, passando pelo momento de avaliação dos processos a fim de se ter controle sobre as atividades desempenhadas e seus resultados, revelando também quais as restrições, como complexidade, incertezas, resistência e tensões frutos da novidade (TARDIF; HARRISSON, 2005). Tratando-se dos meios, é o momento na qual percebe-se que, para que os projetos sejam consolidados, deve haver a integração por parte dos atores, como parcerias - informais ou não - negociação e concertação (TARDIF; HARRISSON, 2005). Além disso, o empoderamento evoca o sentimento de pertencimento àquela localidade, proporcionando a difusão por parte dos atores de forma espontânea e coletiva.

O processo de inovação social, através das cinco dimensões de análise apresentadas, considera desde a etapa inicial, através de seu surgimento por meio de um contexto motivador, pela implementação das ações, com o envolvimento dos atores, passando pela avaliação dos impactos e constante aprimoramento na busca do atingimento dos objetivos propostos.

4 METODOLOGIA

A investigação é de natureza qualitativa, dada a característica do objeto estudado, a fim de compreender a relação entre o objeto de estudo e o seu contexto de inserção (CORBIN; STRAUSS, 1990). No que se refere aos fins, a pesquisa é descritiva, pois busca estudar as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis, procurando interpretá-las (GIL, 2012). Quanto aos meios, essa pesquisa fez uso de levantamento bibliográfico, documental e de campo.

Adotou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso único, já que o caso abordado é revelador a respeito do fenômeno que está sendo situado (YIN, 2010). Dessa forma, foi realizado um estudo de caso único no banco de desenvolvimento comunitário Banco Palmas, localizado na comunidade do Conjunto Palmeiras, periferia da cidade de Fortaleza (CE).

Nesse estudo, as técnicas de coleta de dados adotadas em campo foram pesquisa documental, técnica de observação direta e entrevista semiestruturada. Foram analisados materiais disponíveis no site da organização na internet, matérias online, vídeos, fotografias e trabalhos acadêmicos realizados anteriormente sobre o Banco Palmas. Para contextualização e melhor entendimento do problema estudado, foram realizadas visitas às instalações do banco, a fim de observar as atividades cotidianas dos atores e realização de entrevistas.

No caso da entrevista, os roteiros foram preparados com uso da teoria principal proposta pelo trabalho de Tardif e Harrisson (2005), conectando-se aos cinco objetivos específicos propostos neste trabalho. Além da base teórica principal utilizada, o roteiro foi inspirado nos instrumentos de coleta de um trabalho de dissertação anterior, de Moreira (2017). O quadro 2 apresenta informações sobre o perfil dos sujeitos entrevistados.

Quadro 2 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Grupo	Código	Relação com o Banco Palmas	Sexo	Idade	Escolaridade
Beneficiários	B1	PalmasLab	F	20	Superior incompleto
	B2	Elas - Emancipadas	F	49	Ensino médio
	B3	O Bodegão	F	42	Ensino médio
Desenvolvedores	D1	Coordenador de projetos	M	56	Superior completo
	D2	Líder comunitária e Elas – Emancipadas	F	36	Superior incompleto

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para análise dos dados, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que consiste em técnicas de análise das comunicações para inferir conhecimentos e compreender o que está relacionado às mensagens (BARDIN, 2016). Assim, puderam ser inferidos conhecimentos e relações entre as variáveis a partir da descrição do conteúdo levantado em campo. Para isso, foi utilizado o *software* de pesquisa e análise de dados qualitativos Atlas.ti. O programa promove a análise mais sistemática de dados qualitativos, sendo, portanto, utilizado para organizar e categorizar as entrevistas transcritas, permitindo sua conexão com as dimensões e os demais elementos propostos pelo modelo de Tardif e Harrisson (2005), conforme mostrado no quadro 2 da seção 3, facilitando as ligações com os dados colhidos.

Os dados coletados decorrentes da pesquisa documental, da transcrição das entrevistas realizadas e da observação dos fatos cotidianos do Conjunto Palmeiras vivenciados através do contexto do Banco Palmas, além do uso do *software* Atlas.ti, dão suporte às categorias e subcategorias identificadas para alcance dos objetivos propostos pelo trabalho.

4.1 O Banco Palmas – uma iniciativa de inovação social?

O Banco Palmas é uma organização do terceiro setor, pioneira na criação e difusão da metodologia de banco comunitário de desenvolvimento no Brasil, ao implantar um sistema econômico local entre produtores, comerciantes e consumidores (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Fundado em janeiro de 1998 no Conjunto Palmeiras, no momento em que a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) juntamente com os moradores da comunidade decidem criar um projeto de geração de renda e emprego para o bairro, aliando o crescimento da economia local à melhoria do bem estar da população (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

O Conjunto Palmeiras foi formado por uma comunidade que, em 1973, passou por um processo de expulsão das áreas litorâneas da cidade ocasionado, principalmente, pelo crescimento da indústria e pela especulação imobiliária, e que foram removidas para uma área

de risco, inapropriada para habitação, sem serviços como água, energia e esgoto (COSTA, 2010). A comunidade local, então, passou por décadas de lutas e mobilizações em prol de melhorias na infraestrutura e no social, deparando-se com a problemática da pobreza e miséria (COSTA, 2010).

Criaram, portanto, o Banco Palmas e a moeda social Palmas, como instrumentos que promovessem um sistema de interação, diferenciado do convencional, entre consumidores e produtores locais, com o objetivo de gerar trabalho, renda e que fosse capaz de diminuir a condição de exclusão econômica e social da população (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008).

A partir do surgimento do Banco Palmas, foi criado, em 2003, o Instituto Banco Palmas, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com o objetivo de realizar a difusão da metodologia do Banco Palmas, através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, e garantir o acesso ao microcrédito a produtores e consumidores locais, através do correspondente bancário, empréstimos e moeda social (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010).

Atualmente, o Banco Palmas busca direcionar seus esforços através de uma série de projetos que foram sendo criados com o intuito de capacitar e empoderar os moradores do Conjunto Palmeiras. Entre os projetos, destaca-se o projeto Elas – Emancipadas, criado em 2010, com o intuito de promover o acesso à educação financeira e ao microcrédito às mulheres do bairro, fortalecendo o sentimento de autonomia e empoderamento feminino (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019). Já o PalmasLab é uma iniciativa com o objetivo de potencializar as finanças solidárias através do uso da tecnologia de forma a contribuir com sua criação, desenvolvimento e disseminação, realizando pesquisas e projetos a partir das demandas da comunidade para a juventude da periferia de Fortaleza (PALMASLAB, 2019).

Para Bataglin (2017), o banco surgiu dentro do conceito de solidariedade, buscando um modo de produção alternativo ao capitalismo. Dessa forma, a iniciativa se tornou relevante por promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores e parâmetro de empreendedorismo social para outras comunidades.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da análise do caso estudado, conforme a abordagem teórica dos elementos das dimensões da inovação social apresentadas pelo modelo de Tardif e Harrisson (2005). Assim, as subseções seguintes conterão a análise e discussão dos dados apanhados em pesquisa de campo, onde cada subseção faz a observação dos dados referentes a cada um dos cinco objetivos específicos propostos neste trabalho.

5.1 Dimensão “Transformações”

Conforme Tardif e Harrisson (2005), a dimensão “Transformações” busca analisar o contexto em que a inovação social é desenvolvida, seja econômico seja social ou cultural, observando aspectos relacionados a crises, rupturas, descontinuidades, que levam a modificações estruturais, isto é, que impulsionam o surgimento da inovação, sendo importante, portanto, observar os aspectos macro e micro da comunidade à época de sua constituição.

A cidade de Fortaleza, a partir da segunda metade do século XX, apresentou um acelerado crescimento populacional caracterizado pelo processo de urbanização desigual e conduzido, em aspectos econômicos, pela crescente da indústria da construção civil e pela especulação imobiliária (SALVADOR; GRANJEIRO; 2014). Assim, iniciou-se em Fortaleza, na década de 70, um processo de modernização visando atender as necessidades da industrialização (LIMA, 2013) e valorização das zonas de praia para fins de habitação, lazer e veraneio (DANTAS, 2011).

É nesse contexto de expansão econômica da área litorânea da capital que, em 1973, a prefeitura municipal realizou o remanejamento das populações para as áreas periféricas da capital (COSTA, 2010). Nesse processo, a população transferida era composta por aproximadamente 1.500 famílias e dentre essas famílias haviam as que formariam o Conjunto Palmeiras.

Segundo Costa (2010), a população foi colocada em terrenos sem a devida preparação, isto é, que haviam sido desapropriados e loteados pela prefeitura municipal. Como consequência das condições apresentadas no início e pela falta de acesso a serviços públicos básicos, logo em seguida, o espaço tornou-se uma grande favela.

Caracterizado pelos habitantes do Conjunto Palmeiras como “habitar o inabitável” a situação em que encontravam-se, a partir da sua chegada em 1973 e sucedendo pelas décadas de 80 e 90, os moradores organizaram-se a fim de encontrar soluções para a melhoria da “nova casa”, reivindicando uma estrutura mínima de sobrevivência, como acesso a saúde, água tratada e energia elétrica (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008).

Tardif e Harrisson (2005) afirmam que as modificações estruturais afetam organizações, territórios, dentre outros, levando a um contexto de crise geral. A contestação do papel do Poder Público, o aparecimento de novas demandas e necessidades sociais e econômicas não satisfeitas, o aumento da desigualdade socioeconômica, o desemprego estrutural e a necessidade de reestruturar o modelo de desenvolvimento corrente são visualizadas no contexto de construção do bairro. Nesse sentido, os moradores passaram a lidar intensamente com as reivindicações para melhoria do Conjunto Palmeiras, construindo creches comunitárias, escolas comunitárias, postos comunitários, dentre outros.

Esse processo significou uma mudança social iniciada com a construção de uma estrutura mínima de sobrevivência e levou o bairro a realizar muitas conquistas, fazendo-o avançar para novas práticas de relações sociais através do surgimento de outras organizações populares, que se uniram para apontar soluções para os problemas observados pela população do bairro, como afirma D2 (2019): “Foi sempre muito impactante essa questão social dos antigos moradores, como eles se organizaram, uns eram da igreja, outros da macumba, outros eram espíritas, mas foi sempre em prol de uma coisa maior”.

Sen (2010) afirma que a realidade social de uma comunidade pode englobar uma pobreza que está além dos aspectos financeiros, ou seja, a exclusão e carência das capacidades social, cultural, política e, claro, econômica. Nesse sentido, o Conjunto Palmeiras ainda era um bairro da periferia de Fortaleza que, mais como uma estratégia de sobrevivência, passou a empenhar-se pela melhoria de vida das suas famílias, mas que também continuava a sofrer com a falta de foco de políticas públicas voltadas para o social e inconsistência do Poder Público nas esferas municipal e estadual.

Motivados pelo contexto de marginalização, muitas famílias passaram a vender as casas que haviam construído e sair do bairro para morar em outras comunidades, conforme D1 (2019): “Era um estado de pobreza, muita pobreza econômica, muita fome, muita gente indo embora do bairro, o que era contraditório, a gente passou vários anos construindo o bairro fisicamente e agora não podia mais morar no bairro que a gente viu que tinha construído”.

O conjunto de lutas sociais do bairro, desde o seu processo de expulsão do litoral até a composição física e social do bairro, levaram a novas práticas de relações de trabalho, produção e consumo, que foi a criação de um banco comunitário e de uma moeda social: o Banco Palmas e a moeda Palmas, buscando uma solução alternativa para gerar renda e emprego à comunidade.

O desemprego e a renda, portanto, foram os grandes motivadores do surgimento de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro, já que “tinha resolvido o problema dos aspectos urbanos, mas as pessoas eram desempregadas, o grande desafio era ter uma solução de geração de renda local pra que as pessoas pudessem morar e continuar vivendo no bairro” (D1, 2019).

Foi então que surgiu o Banco Palmas, em 1998, como um projeto local para gerar trabalho e renda para os moradores: “era uma coisa muito simples, era estimular que as pessoas pudessem produzir e consumir aqui umas das outras e daí veio o nome, foi batizado com Banco Palmas, em homenagem às palmeiras do bairro Palmeiras” (D1, 2019), e acrescenta:

“Porque nós somos pobres?” era a pergunta que até hoje é a base filosófica da nossa rede de bancos comunitários, quando alguém nos perguntava porque nós somos pobres, a primeira resposta que vinha era porque a gente não tinha dinheiro. A resposta era tão simples que não podia ser verdadeira (D1, 2019).

Portanto, dentro de um contexto de ruptura causada pela manobra de remanejamento de comunidades pobres da cidade e ausência do Poder Público, provocou-se modificações estruturais através do aumento das desigualdades socioeconômicas. De acordo com estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE) em 2014, que propôs analisar a situação de desenvolvimento humano nos bairros de Fortaleza, o Conjunto Palmeiras ocupa a última posição entre os bairros da capital em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,119 (SDE, 2014).

A criação do Banco Palmas foi um projeto sem precedentes no Brasil. Como o primeiro banco comunitário de desenvolvimento do país, “foi o criador da rede de bancos comunitários, e essa metodologia ainda é muito nossa hoje, ainda é muito própria, de estimular no mesmo local, simultaneamente, produção e consumo” (D1, 2019). Uma experiência coletiva e empreendedora, com impacto nas transformações sociais e econômicas na população local, apresentando novas práticas de consumo e produção pautadas no coletivo e com o objetivo de desenvolver o Conjunto Palmeiras e trazer oportunidades para quem fazia parte da exclusão e marginalização.

5.2 Dimensão “Caráter Inovador”

De acordo com a classificação de Tardif e Harrisson (2005), na dimensão “Caráter Inovador” aborda que a inovação social decorre das conseqüentes soluções, descritas como uma novidade no ambiente em que surgem, através da apresentação de novos modelos, novos arranjos institucionais e novas formas de regulação social.

A partir do reconhecimento de que existiam demandas e necessidades não satisfeitas localmente - gerar emprego e renda, promover o desenvolvimento da bairro e melhorar a condição de vida dos moradores - partiu-se, então, para a condução de como implementar ações e formular novas soluções para as dificuldades encontradas, no sentido de apresentar seu caráter inovador (TARDIF; HARRISSON, 2005).

A população do Conjunto Palmeiras, segundo D1 (2019), reconhecia suas dificuldades, porém, a conscientização de qual passo deveria ser dado para tirá-los daquela situação foi construído através de muitos diálogos promovidos, principalmente, pela ASMOCONP, que reunia produtores, comerciantes e moradores em geral.

Essas reuniões eram feitas de uma forma que a comunidade pudesse entender o problema e debater soluções com os líderes comunitários. No decorrer da dinâmica chamada de “Balde Furado”, D1(2019) explica que quem recebia algum tipo de renda, não importando de onde viesse - esmolas, trabalho informal, aposentadoria, dentre outros - era considerado na dinâmica e uma bolinha de isopor era colocada dentro do balde, representando seu rendimento. Ao final, o balde estava completamente cheio, significando que a pobreza do bairro não vinha pela falta de renda.

Dessa forma, os moradores compreenderam e buscaram uma solução inédita para aquele contexto, resultando numa dinâmica de produção e consumo local em que a população era a principal promotora do desenvolvimento, sendo um processo que envolve toda a comunidade:

Se você me perguntar onde foi xeque-mate, porque a gente já sabia que o negócio era deixar o dinheiro ficar aqui, mas como é que ia fazer isso? Numa das reuniões, uma senhora bem velhinha disse: ‘E porque que a gente não cria um cartão que nem esses ‘cartão’ por aí, só que só fica rodando aqui?’. Essa mulher descobriu a cereja do bolo: nós criamos o nosso cartão de crédito aqui (D1, 2019).

Nesse aspecto, novos arranjos institucionais passaram a ser estabelecidos, visto que a ideia de criar um banco comunitário apoiava-se nas premissas da solidariedade, que vão desde as trocas comerciais às ideias de reciprocidade, demonstrando nos moradores uma ampliação da capacidade sócio-política (MOULAERT *et. al.*, 2005).

A ideia de criação de um banco comunitário e de uma moeda local partiu de pessoas que moravam no bairro, a maioria com ensino fundamental, e pelos líderes comunitários, mas que viviam e conheciam quais eram as necessidades da comunidade. Assim, com a criação do Banco Palmas, buscou-se encontrar um modelo que se encaixasse às reais demandas da população: “Essa foi a grande inovação do Palmas, porque sempre que se remete a 1998 todos esses conceitos de economia solidária, moeda social, isso não existia no Brasil” (D1, 2019).

Durante a fase de implementação da inovação, as novas práticas podem ser apoiadas ou limitadas por políticas públicas ou por novos programas (TARDIF; HARRISSON, 2005). Um dos inibidores das práticas da inovação foi “a perseguição sofrida pelo Banco Palmas pelo governo brasileiro durante os sete primeiros anos de funcionamento do banco” (D1, 2019). Do ponto de vista da regulação, o Banco Central, segundo D1 (2019), não compreendia que a comunidade não estava criando um “novo dinheiro”, era um dinheiro complementar.

Com relação ao modelo de inovação, o modelo de governança está focado na colaboração entre a sociedade civil e instituições públicas e privadas e, aliado a isso, o estabelecimento das relações são pautados pela autogestão e cooperação entre os indivíduos (TARDIF; HARRISSON, 2005). Assim, conforme as características do quadro apresentado por Tardif e Harrisson (2005), o Banco Palmas é considerado um modelo de governança.

O modelo de gestão do banco é considerado inovador pois é pautado na participação e autonomia dos envolvidos nos projetos do banco, sendo que não existem limites de hierarquização rígidos em relação a tomada de decisão e atribuição das funções: “Cada departamento tem 100% de autonomia para se reunirem e decidirem sobre as ações, tirando alguma coisa mais excepcional no dia a dia do banco” (D1, 2019). Isso ocorre pois “a missão institucional e a ciência das responsabilidades da instituição são muito claras e isso facilita o processo de decisão” (D1, 2019).

O banco realiza atividades as quais dependem da ajuda de doações e patrocínios: “Dá cursos, capacitação profissional, atende as mulheres, têm várias ações sociais no banco, o PalmasLab, e isso vai variar muito de quantidade de doações, de patrocínios que a gente consegue” (D1, 2019). Além disso, ressalta a autonomia que o banco possui com relação ao Poder Público, dada que “a coisa é pública e deve ser trabalhada através de diálogos, não deixando de lado sua capacidade de gestão própria” (D1, 2019).

Dessa forma, um modelo de governança pautado na gestão simples, sem uma hierarquização rígida na tomada de decisão e distribuição de atividades, pelos moradores da comunidade na posição de colaboradores da instituição, criando um novo modo de fazer gestão, fundamentado na autogestão e inclusão social.

O Banco Palmas encontra-se como promotor do desenvolvimento econômico e social, através da sua constante busca e implementação de novas respostas às demandas da comunidade (INSTITUTO PALMAS, 2010). Tais respostas se mostram nas suas atividades, que vão além dos serviços financeiros, com o intuito de capacitar e empoderar a população, o que o caracteriza com uma “nova” economia de cunho social.

Para D1 (2019), a maior busca de geração de valor econômico e social do banco está pautada em criar uma cultura de solidariedade, “que nós juntos podemos colaborar um com o

outro e gerar renda e essa cultura de valorização do local, que vai desde os produtos locais, da cultura local, do que é feito aqui”. Dessa forma, o desenvolvimento da aprendizagem coletiva é observada por meio dos projetos de capacitação produzidos pelo banco, como o Projeto Elas Emancipadas, o PalmasLab, Companhia Bate Palmas, loja solidária – O Bodegão, entre outros. Nesses projetos, o intuito é promover a qualificação dos moradores do bairro, porém, mais do que isso, é buscar a inserção destes nos diálogos e discussões das demandas do bairro, a fim de poderem enxergar suas necessidades e potencialidades, através da troca de experiências e capacitação técnica (BATAGLIN, 2017).

É importante ressaltar ainda que o Banco Palmas, por não se apropriar dos lucros obtidos, repassando-os para a promoção de mais ações dentro da comunidade, também possui iniciativas próprias da economia mista, ou seja, lidam com os interesses coletivos, com base na prática comunitária, e gerais, no sentido de contribuir para o desenvolvimento das atividades do banco ((INSTITUTO PALMAS, 2010; TARDIF; HARRISSON, 2005).

Portanto, a promoção de uma “nova” economia social, e por vezes, mista, pelo Banco Palmas, que a torna institucionalizada, constitui-se como um modelo de governança, conforme Tardif e Harrisson (2005). A dinâmica entre a comunidade e o colaboradores diretos do banco contribui para compreender as dificuldades e buscar soluções novas e que se encaixam à realidade da comunidade, promovendo espaços de discussão, cursos e capacitação profissional, o que gera um sentimento de pertencimento ao local, de modo que impulse a geração do desenvolvimento econômico e social, na medida em que são percebidos os retornos para a própria comunidade, tornando-a mais visível às parcerias com outras organizações e instituições. Além disso, contribui para as mudanças de perspectivas de futuro dos moradores através da sua emancipação social, cultural, política e econômica, proporcionando renda e melhoria de vida para a comunidade.

5.3 Dimensão “Inovação”

De acordo com a classificação de Tardif e Harrisson (2005), a dimensão “Inovação” busca avaliar o tipo de inovação, sua abrangência e sua finalidade, levando em conta que a finalidade da inovação social deve ser o bem comum, o interesse geral e coletivo, através da cooperação entre os envolvidos. A interação e a proximidade dos sujeitos, teriam o objetivo de articular, ajustar ou rejeitar formas que não atendam às necessidades e demandas sociais reais, podendo assim, buscar soluções inovadoras específicos para o contexto local (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Assim, entende-se que o processo de inovação em questão no contexto do Banco Palmas é local, visto que a proximidade geográfica, relacional, organização e institucional (TARDIF; HARRISSON, 2005) é observada. Quem contribui para o Banco Palmas são os próprios moradores, já que eles conhecem quais as demandas das pessoas que moram na comunidade: “O Palmeiras é um bairro que acostumou a resolver seus problemas, isso é uma coisa que não tem preço, a gente criou uma cultura de que nós podemos, de que nós somos capazes, que a solução tá aqui, a solução é local” (D1, 2019).

Assim, B1 (2019) relata sobre a repercussão do banco: “A gente recebe bastante mensagem também, até de pessoas de outras cidades, como elas podem fazer empréstimo pra começar seu negócio, só que a gente só funciona aqui no bairro, né, no Conjunto Palmeiras”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a inserção da moeda social digital, o E-dinheiro, também foi uma forma de expandir a influência local para uma área maior, já que mantém o sistema de valorização local, mas também possibilita ter uma pluralidade de atores incorporados nas trocas comerciais e mais riqueza acaba sendo produzida na comunidade (BATAGLIN, 2017). Portanto, ainda que o efeito das ações do banco tenham progredido para um âmbito nacional, a escala de impacto do Banco Palmas é o Conjunto Palmeiras, tornando-se o principal foco de desenvolvimento da iniciativa, em aspectos econômicos e sociais.

Dada a classificação de Tardif e Harrisson (2005) sobre os tipos de inovação social (técnica, sociotécnica, social, organizacional e institucional), pode-se afirmar que o Banco Palmas constitui-se como uma inovação do tipo social. Dessa forma, D1 (2019) afirma que a missão institucional do Banco Palmas “é gerar o desenvolvimento econômico a partir da inclusão das pessoas, inclusão financeira e bancária, agora o grande objetivo é gerar trabalho e renda”.

O principal objetivo do Banco Palmas é a geração de renda e a redução das desigualdades, além de poder provar que uma população que foi alvo da exclusão e marginalização vinda das mais diferentes esferas da sociedade, inclusive Poder Público, “também consegue desenvolver atividades, consegue construir coisas e consegue fazer o que quiser tendo a união, todo mundo se move para um bem comum” (B1, 2019).

Essa relação pode ser caracterizada como uma relação de confiança e reciprocidade, sendo que foi estabelecida de forma lenta e “com muita paciência” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010), utilizando-se de vários instrumentos inovadores para trabalhar diretamente com os moradores. Portanto, para todos os entrevistados, a finalidade do Banco Palmas é de trazer soluções com o objetivo de gerar renda e emprego para a população e tem conseguido ser efetivada ao estabelecer uma cooperação entre os atores envolvidos – comunidade e Banco Palmas – no sentido de conciliar os interesses individuais e os interesses coletivos em busca do bem comum.

5.4 Dimensão “Atores”

Tardif e Harrisson (2005) abordam na dimensão “Atores” sobre os diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento e continuidade das atividades da inovação social e seus diferentes tipos, podendo ser eles sociais, organizacionais, institucionais e intermediários. Ademais, busca compreender as interações e relacionamentos entre esses atores, seus valores e normas, e se existe uma miscigenação de identidade os mesmos.

Os primeiros a se envolverem com o Banco Palmas foram os atores da sociedade civil: moradores do Conjunto Palmeiras, que a partir do contexto motivacional de exclusão e pobreza, criaram um banco na periferia da cidade de Fortaleza. Conforme D1 (2019), os primeiros recursos para dar início as atividades do Banco Palmas foram doados por uma ONG local, na quantia de 2 mil reais, pois “as portas da prefeitura municipal e do governo estadual permaneciam fechadas, já que ninguém acreditava na ideia” (D1, 2019). Com os 2 mil reais para realizar os primeiros empréstimos à população, o banco acabou “quebrando” no dia do lançamento, visto que houve uma grande procura dos moradores pela iniciativa logo no início, fruto também da grande divulgação ocorrida até mesmo pela imprensa nacional: “Porque era muito exótico, uma favela que virou um Banco” (D1, 2019).

Os atores organizacionais observados no contexto do Banco Palmas são os comerciantes e produtores locais, que no início estavam bem inseguros sobre a proposta do banco no que se refere ao novo sistema de trocas econômicas utilizando uma moeda social própria: “os comerciantes custavam muito a acreditar no papel, que aquilo era dinheiro, tinham medo dos prejuízos” (D1, 2019). Outros atores organizacionais que iniciaram envolvimento com o Banco Palmas foram as universidades do Brasil, como UFC, UECE, UNIFOR, UFBA, dentre outras, mas foram as universidades do exterior, principalmente, que criaram fortes laços com as ações promovidas pelo banco, como *Columbia University*, elaborando um planejamento estratégico junto ao PalmasLab, *Boston University*; *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), através do programa *MIT Community Innovators Lab* (CoLab); *London College*, dentre outras parcerias.

Na área financeira, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) também tem um papel importante como parceiro do Banco Palmas, já que “é de onde o banco retira seu fundo de crédito” (D1, 2019). Além disso, trabalha como corresponde bancário da Caixa Econômica

Federal, proporcionando o acesso da população ao pagamento de contas e recebimento de salários próximos onde vivem, algo que não existia no passado.

Nos primeiros sete anos de existência do banco, quem manteve o Banco Palmas financeiramente foram as organizações do mercado de cooperação internacional, como da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), da Alemanha, a ONG inglesa OXFAM, organizações da Holanda, dentre outros. Mais recentemente, o Banco Palmas mantém contato direto com as organizações CCFD, da França, e Brazil Foundation, dos Estados Unidos. Além disso, existem parcerias com a FETRAECE, que trabalha com os trabalhadores rurais, “que também uma coisa muito preciosa pra nós” (D1, 2019), e com a organização Cáritas Brasileira, que faz parte da rede de economia solidária do Ceará.

Entre os atores institucionais observados está a prefeitura municipal de Fortaleza, pois o Banco é responsável pelas operações nos Ecopontos: “pagamos ali os catadores que levam lixo pra lá” (D1, 2019). Além disso, contam com a colaboração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para levar palestras, com temas voltados, principalmente, para o fortalecimento das mulheres da comunidade. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve uma forte participação, através de investimentos federais, nas ações do Banco Palmas, porém, devido ao encerramento de suas atividades, projetos atingidos acabaram menos fortalecidos: “Através dessa secretaria que vinham muitos projetos para as mulheres e para os jovens, mas infelizmente foi diminuindo” (D2, 2019).

A experiência do Banco Palmas reflete os valores e significados construídos em anos de história. Atualmente, tais valores é que orientam a conduta de quem “veste a camisa” do Banco Palmas e do Conjunto Palmeiras: “O banco comunitário tem três coisas muito preciosas: a memória, saber de onde viemos, porque estamos aqui; a identidade, somos o Banco Palmas, somos o Conjunto Palmeiras; e a autonomia, à política, às empresas e ao Poder Público” (D1, 2019). Dessa forma, o Banco Palmas também proporciona um ambiente de aprendizado e de miscigenação de identidades, através da frequente relação entre os atores, principalmente, moradores e colaboradores do Banco Palmas, levando ao conhecimento de novas habilidades e novas regras sociais.

Os atores intermediários são formados por meio do diálogo entre os diversos sujeitos da sociedade (TARDIF; HARRISSON, 2005). O Instituto Banco Palmas foi criado com o objetivo de fazer a difusão tecnológica do Banco e ajudar a criar bancos comunitários no Brasil e em outros países, integrando-os em rede (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Essa rede se tornou a rede de bancos comunitários, na qual o Instituto Palmas se tornou o articulador nacional, facilitando as conexões entre esses atores e, principalmente, reforçando as relações de produção, comércio e consumo local (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010). Ademais, o Banco Palmas participa, em nível estadual, da rede cearense de economia solidária, com a finalidade de “discutir a economia solidária como um todo” (D1, 2019).

5.5 Dimensão “Processos”

Tardif e Harrisson (2005) abordam na dimensão “Processos” sobre os modos de coordenação (avaliação, participação, mobilização, aprendizagem), os meios (parcerias, concertação, integração, negociação, empoderamento) e as restrições para o alcance dos objetivos com as quais os atores se deparam no processo de inovação.

Analisando o começo das atividades do Banco Palmas, observa-se que o processo de mobilização vem da identidade coletiva e da organização dos atores envolvidos na inovação social, com o objetivo definido de achar soluções para os problemas da comunidade (BATAGLIN, 2017). A identidade é construída ao longo do tempo, a partir da interação dos participantes, motivados por um interesse maior: o desenvolvimento da comunidade.

Observa-se no contexto do Banco Palmas - até mesmo como reflexo da construção histórica e cultural do Conjunto Palmeiras - que sua criação partiu da mobilização dos

moradores do Conjunto Palmeiras, onde, mais tarde, viriam a se tornar agentes passivos e ativos das ações do banco, ou seja, todos são participantes e beneficiários, visto que todos que compõem o Instituto Banco Palmas são moradores do bairro: “É a natureza comunitária, sua própria natureza é diferente” (D1, 2019).

Quanto à avaliação do processo de inovação social, o Banco Palmas busca organizar um sistema de avaliação conforme os atores de cada projeto forem determinando. Um dos diferenciais do banco, além da parte financeira, “é poder reunir em um mesmo lugar uma quantidade significativa de projetos com pessoas e objetivos específicos, mas que se movem pelo mesmo propósito social” (B3, 2019). Assim, os projetos vão sendo tocados conforme cada uma das metas de cada grupo.

A aprendizagem coletiva ocorre pela interação dos diversos atores, através da troca de conhecimentos, proporcionando, assim, autonomia e empoderamento para os indivíduos (CLOUTIER, 2003). Dessa maneira, a aprendizagem é observada tanto nas lideranças quanto na comunidade. O Banco Palmas busca promover entre os moradores do Conjunto Palmeiras discussões sobre as questões que envolvem as necessidades e fragilidades do bairro, caracterizando um processo de aprendizagem coletiva.

Atingir o máximo de interação entre os atores é um dos objetivos para que se haja uma dedicação por parte destes no processo da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). Nesse sentido, verifica-se que as inúmeras reuniões entre líderes comunitários, comerciantes e consumidores, na sede da associação de moradores do bairro (ASMOCONP), ainda nos anos 90, com o propósito de discutir qual seria o projeto para geração de trabalho e renda no Conjunto Palmeiras (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2010) configuram como um meio de negociação e a partir dessa configuração, compromissos pessoais e coletivos foram sendo traçados em torno dos novos objetivos a fim de firmar uma nova regulação social (concertação).

Atualmente, as reuniões realizadas pelo Comitê do Bairro, que se reúne a cada dois meses, caracterizam-se como meios de debater ideias e gerar diálogos diretamente com a comunidade (negociação), criando novos acordos para o melhor estabelecimento dos arranjos institucionais implementados, mas a troca de experiências e de ideias ocorre diariamente, já que uma das características do comitê é trabalhar conforme as demandas da comunidade: “O banco faz reuniões não só com funcionários da casa mas com líderes do bairro também, porque tudo que acontece no bairro vem através do banco, já que ele é a referência do bairro” (D2, 2019).

Com relação às parcerias, D1 (2019) descreve que a partir de 2005, com o reconhecimento do Banco Palmas pelo Banco Central e com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciou-se uma parceria para disseminar a metodologia do Banco em todo o Brasil, sendo que muitas universidades, como USP, UFBA, UFPB e FGV, passaram a estudar a metodologia e fazer incubadoras de bancos comunitários, ajudando o Banco Palmas nesse processo de disseminação pois “sozinhos não teríamos condição” (D1, 2019).

No que se refere à integração, observou-se que todos que integram o banco, seja como funcionário seja como beneficiário, são tratados da mesma forma, “pois antes de serem colegas de trabalho, pertencem à mesma vizinhança e estão lutando pelo mesmo ideal: o crescimento do Banco Palmas e do Conjunto Palmeiras” (D2, 2019).

No Conjunto Palmeiras, a implementação da moeda social significou a conciliação entre as diversas opiniões existentes sobre a maneira como deveriam acontecer as relações de comércio entre os moradores em benefício de um bem comum. Assim, o empoderamento leva o indivíduo a atuar como protagonista da inovação social: “A solução tá nos pobres, tá com o povo, não vem de cima pra baixo, e não é que você se isole, você pode se conectar, mas solução vem da organização popular, da força de capacidade do povo se mobilizar” (D1, 2019).

No que se refere às restrições ao projeto de inovação social, uma das limitações enfrentadas pela iniciativa foi a rigidez institucional com a perseguição enfrentada pelo Banco

Palmas e a moeda Palmas como efeito do não reconhecimento pelo Banco Central de que são instrumentos legítimos de geração de emprego e renda. Após o período turbulento envolvendo brigas judiciais entre as instituições, o Banco Palmas passou a exigir um posicionamento do Banco Central com relação a um marco regulatório, com políticas e programas que deem apoio a esta modalidade de finanças solidárias, visto que “o marco regulatório é muito incipiente, muito pequeno” (D1, 2019).

Ademais, para D1 (2019), ainda existem muitas opiniões adversas quanto ao posicionamento do Banco Palmas e dos movimentos comunitários presentes no Conjunto Palmeiras: “Tem gente que acha que a gente faz muito pouco, e é bom que seja assim, toda unanimidade é burra, quando tem uma coisa que todo mundo acredita é porque tem alguma coisa errada ali” (D1, 2019).

Conforme D1 (2019), o Banco Palmas, na parte financeira – como correspondente bancário, E-dinheiro, créditos - é autossustentável. No entanto, “o Banco é muito maior, promove projetos de integração e fortalecimento da comunidade, no intuito de que eles se tornem autônomos social e economicamente” (D2, 2019). Assim, parcerias com atores organizacionais e institucionais muitas vezes são incertas, como, por exemplo, o encerramento das atividades do SENAES - ator estratégico na sustentabilidade e disseminação do Banco Palmas - resultando na diminuição da participação em editais, bolsas e, assim, na falta de projetos e desvinculação de colaboradores do banco.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar como as dimensões da inovação social, à luz do modelo Tardif e Harrisson (2005), se refletem em formas de organizações baseadas no uso de moedas sociais. Considera-se que este objetivo foi alcançado através de uma análise de como se refletem as dimensões “Transformações”, “Caráter Inovador”, “Inovação”, “Atores” e Processos” no caso em questão.

Com relação ao primeiro objetivo específico estabelecido, analisar os elementos da dimensão “Transformações”, observou-se que as transformações nas estruturas econômicas e sociais da segunda metade do século XX contextualizaram as lutas sociais da comunidade causadas pela crise, levando à criação do banco de desenvolvimento comunitário e da moeda social. No segundo objetivo específico, analisar os elementos da dimensão “Caráter Inovador”, identificou-se um caráter inovador nos arranjos institucionais, que passaram a ser estabelecidos, visto pelo modelo de governança apresentado e pela promoção de uma “nova” economia social.

No terceiro objetivo específico, analisar os elementos da dimensão “Inovação”, identificou-se que as ações implementadas pelo Banco Palmas são de escala local: o Conjunto Palmeiras. Além disso, constitui-se como uma inovação do tipo social e concilia os interesses individuais e coletivos em busca do bem comum. No quarto objetivo específico, a análise dos elementos da dimensão “Atores”, observou-se que no Banco Palmas há a participação de atores identificados em todos os tipos definidos pelo modelo Tardif e Harrisson (2005), desde os atores sociais, como a população do Conjunto Palmeiras e o Comitê do Bairro; organizacionais, como universidades, ONGs, empresas privadas, dentre outros; institucionais, como Prefeitura Municipal de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará; e intermediários, como a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Por fim, no quinto objetivo específico proposto – analisar os elementos da dimensão “Processos” – observou-se que os modos de coordenação identificados com mais ênfase foram participação, mobilização e aprendizagem. Já em relação aos meios identificados, tem-se destaque para a difusão, com a disseminação do modelo para outros contextos, e a conquista do empoderamento pelos indivíduos.

Também foram observadas restrições com relação ao início da iniciativa, como recursos insuficientes para atender às demandas da comunidade, como a oferta de crédito, além do

período de enfrentamento do Banco Palmas e Banco Central. Passado esse período, a falta de recursos foi novamente identificada com a diminuição da participação de atores estratégicos da iniciativa, como o SENAES. Além disso, a existência de tensões dentro da própria comunidade relacionadas às ações do banco também foi observada como ponto de limitação do processo de inovação social.

Na perspectiva do modelo Tardif e Harrisson (2005), o Banco Palmas configura-se como uma inovação social. Ademais, refere-se a uma iniciativa com processo de inovação social em estado de institucionalização, ou seja, a formalização dos processos e a profissionalização são mudanças observadas com relação ao início da atuação (MOREIRA, 2017; MOULAERT *et al.*, 2005).

Quanto às limitações desta pesquisa, pontua-se a impossibilidade de entrevistar um número maior de desenvolvedores do Banco Palmas, devido à incompatibilidade de horários e presença na sede da instituição, que poderiam contribuir com os resultados mostrados. Ademais, um tempo maior para observação dos aspectos da comunidade, assim como entrevistas com moradores comuns, ou seja, não diretamente ligados ao quadro de colaboradores do banco, para maior percepção das ações implementadas pelo Banco Palmas.

Sugere-se para pesquisas futuras a exploração de outras organizações semelhantes ao caso do Banco Palmas, de modo a realizar estudos de casos comparativos. Ademais, sugere-se que sejam realizadas pesquisas com outros modelos de análise, a fim de buscar entendimento sob outras perspectivas da abordagem da inovação social.

Este trabalho busca contribuir para o avanço das investigações acerca do processo de inovação social, principalmente, no que tange a análise das dimensões. Assim, procura-se dar maior sustentação ao modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005), ressaltando-se a sua aplicação prática em casos que agregam diversos setores e contextos, de forma que se permita avançar no entendimento e aplicação do fenômeno da inovação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATAGLIN, J. C. **Barreiras e facilitadores da inovação social**: estudo de casos múltiplos no Brasil. 2017. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Cahier du CRISES**. Québec, p. 1-46, 2003.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. **Qualitative Sociology**, v. 13, n. 1, p. 3-21, 1990.
- COSTA. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAES, L; BORGES (orgs). **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Pólis, p. 249 – 292, 2010.
- DANTAS. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **Projeto Elas**. 2019. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/projeto-elas/>>. Acesso em 08 abr. 2019.
- INSTITUTO BANCO PALMAS; NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013.

- INSTITUTO BANCO PALMAS. **100 perguntas mais frequentes**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2010.
- KOHLER, R.; OLIVEIRA, M. P. A moeda social como instrumento econômico para potencializar o desenvolvimento local/regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6, 2013, Santa Cruz do Sul, **Anais...** Santa Cruz do Sul: SIDR, 2013.
- KUMAR, A. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: Ipea, Banco Mundial, 2004.
- LIMA, J. L. C. **Banco Palmas e políticas públicas no Conjunto Palmeiras: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário (1998-2002)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.
- MAURER, A. M. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MELO NETO SEGUNDO; J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.
- MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 371-398, 2009.
- MOREIRA, T. P. **Dimensões da inovação social: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- MOULAERT, F. *et al.* Introduction: Social Innovation and Governance in Europe Cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 2007.
- MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v.42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.
- MULGAN, G. *et al.* **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.
- OXFAM BRASIL. **A distância de que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo, 2017.
- PALMASLAB. **O que somos?** 2019. Disponível em: <<http://palmaslab.org/index.html#intro>>. Acesso em 08 abr. 2019.
- SALVADOR C. M. M.; GRANJEIRO, D. S. Urbanização, especulação imobiliária e sistemas ambientais: um estudo sobre o bairro Sapiranga-Coité em Fortaleza-CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: CBG, 2014.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SDE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza**, 2014. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em 17 maio 2019.
- SINGER. P. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: INSTITUTO PALMAS e NESOL-USP (Orgs.). **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.
- TARDIF, C; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, p. 1-81, 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.